

## GTRH

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

*Dispõe sobre a inclusão de eclusas  
ou dispositivos equivalentes de transposição de nível  
na implantação de barragens em cursos de água*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a inclusão de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, na implantação de barragens destinadas a quaisquer finalidades, em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 1º.....

§ 4º - A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.”

~~Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:~~

~~“Art. 13-A — A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.~~

Justificativa - A outorga de direito de uso de recursos hídricos para a construção de barragens não pode estar condicionada à viabilidade ou não da implantação de eclusa uma vez que as concessões podem se dar em tempos diferentes. Além disso, as prioridades de utilização do recurso hídrico estão contempladas nos planos de recursos hídricos das bacias e devem ser consideradas quando da concessão da outorga de direito de uso.

~~§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o caput será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.~~

~~§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.~~

O § 3º passa a ser o caput do art. 3º

Art. 3º - Deverá ser garantida a separação dos custos de investimento, licitação, implantação, manutenção e operação das obras de barragens, eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

O § 4º passa a ser o caput do art. 4º

Art. 4º - Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I - cursos de água navegáveis como rios ou vias navegáveis, constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, possam adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos.

~~§ 5º Não se aplica o disposto no caput:~~

**Justificativa – o parágrafo deverá ser eliminado e os incisos abaixo vão para as disposições finais (artigo 12).**

~~I – aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;~~

~~II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.~~

Art. 5º - A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pela União ou pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

§ 1º Os custos de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços dos serviços públicos que façam uso da água da barragem.

~~Art. 5º – Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:~~

**Justificativa – a lei aplica-se a qualquer barramento, então não existe justificativa para tratar o caso específico do setor de geração hidrelétrica.**

~~I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou~~

~~II – ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou~~

Justificativa - Está repetindo o caput do artigo 5º

~~III — ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.~~

~~§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.~~

Justificativa - Este parágrafo passa a ser o artigo 6º, com a redação:

Art. 6º - O projeto e implantação da barragem deverão prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, de forma a respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte hidroviário, quando for o caso, conforme o artigo 13 da Lei nº 9.433/1997.

§ 1º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de níveis envolver obras no corpo da barragem, o respectivo concessionário poderá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, sendo que os custos referentes à implantação dessas obras deverão ser ressarcidos.

§ 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 1º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 3º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sob a responsabilidade do órgão gestor de transporte fluvial no curso de água barrado.

~~§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem. (virou o § 1º do artigo 5º com a redação modificada)~~

Art. 7º - O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º .....

"XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características."

Art. 8º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

"Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;"

Art. 9º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção, **recuperação** e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....”

**Justificativa – a palavra recuperação fazia parte do inciso original**

~~Art. 9º – A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:~~

~~I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;~~

~~II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.~~

**Justificativa: As condições de operação dos reservatórios são definidas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Águas - ANA (conforme artigo 4º, inciso XII, da Lei nº 9.984)**

Art. 10. A implantação de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva deverá ser simultânea à construção de barragens destinadas a qualquer finalidade, desde que exigida pelo respectivo licenciamento ambiental.

~~Parágrafo único – além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.~~

**Justificativa: Foge ao objetivo proposto na ementa do projeto de lei. (sobre as condições de operação dos reservatórios, vide artigo 4º, inciso XII, da Lei nº 9.984).**

~~Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.~~

~~§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, quando couber:~~

~~I — a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;~~

~~II — o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.~~

Justificativa: Foge ao objetivo proposto na ementa do projeto de lei. (sobre as condições de licenciamento ambiental de reservatórios, vide artigo x Lei nº xxxx).

~~§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:~~

~~I — à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou~~

~~II — à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.~~

Justificativa – A LI de um empreendimento é solicitada em uma fase adiantada do processo de construção de uma obra já licitada e com data de início de operação pré-estabelecida. Essa condição poderia acarretar atrasos no início de operação da instalação e sujeitar os concessionários a penalidades pelo atraso no início de operação do empreendimento.

Art. 11 - O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes, até que se cumpram as pendências;

~~II — ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;~~

~~III — à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;~~

~~IV — à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.~~

Art. 12 - O disposto nesta lei não se aplica:

I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.